Um estudo acerca dos aglomerados de exclusão na Cidade Maravilhosa.

Dinámica urbana y rural, transporte, energía y sustentabilidad - Ponencia

Mazur, Felipe Pires do Rio [1]; Pontes, Lorena Rangel [2]

[1] Geógrafo; [2] Estudante de geografia da Universidade Federal Fluminense

Resumo:

Da crescente compressão tempo-espaço, o modelo de urbanização pós-moderno exibe as, cada vez maiores, desigualdades existentes entre os que têm condições e participam dos processos globais e os que estão incluídos de maneira precária dentro da (re)produção do espaço. Estes últimos formam os chamados aglomerados de exclusão, através de processos de des-reterritorializações que podem ser vistos no espaço pela distribuição dos recursos estatais e/ou privados destinados a população do município do Rio de Janeiro, Brasil. Esta cidade, assim como a maioria das metrópoles dos países com capitalismo tardio, mostra imensas desigualdades político, econômicas, sociais e culturais. O objetivo do trabalho é analisar cartograficamente como determinados serviços básicos à população (saúde, educação, segurança, lazer e transporte) se distribuem no espaço de maneira desigual, porém não desordenada. Cabe ressaltar que está cidade estará no centro das atenções mundiais nesta segunda década de século XXI, tanto pelo desenvolvimento estatal brasileiro, quanto pelas realizações dos dois maiores eventos esportivos: a Copa do Mundo e as Olimpíadas, eventos esses que geram grandes transformações no ordenamento urbano municipal. A metodologia empregada se dá pelo uso do geoprocessamento aplicado ao Sistema de Informações Geográficas (GIS), junto aos conceitos de territórios e sua dialética de des-reterritorialização.

Palavras-chave: des-reterritorialização, geografia urbana, cartografia.

Introdução

A cidade o Rio de Janeiro é tida por muitos como espaço de decadência e de estagnação desde sua fusão com o estado da Guanabara. Importantes estudos sobre a dinâmica regional do desenvolvimento econômico situaram a cidade e o estado do Rio de Janeiro fora do pólo dinâmico do sudeste brasileiro. Estagnação econômica, ausência de projeto político e degradação social – favelização, criminalidade, clientelismo – estas seriam as marcas desta cidade.

A política de grandes intervenções urbanas ganham força na cidade do Rio com a implementação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), as ações do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), com as intervenções do Porto Maravilha, as instalações vinculadas a Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016 e do Complexo Petroquímico (COMPERJ) em Itaboraí. Tais intervenções envolvem volumosas somas de recursos, sugerindo acelerações nas transformações socioespaciais e na compressão espaço-tempo dessa cidade, trazendo novas experiências que exprimem novas características a cidade do Rio de Janeiro e justificam uma serie de estudos acerca dela.

É necessário ressaltar, porém, que estas intervenções não se dão de forma homogênea na cidade. O Rio de Janeiro, como muitas outras grandes cidades, é espacialmente segregado e certas áreas são pouco privilegiadas tanto em relação a investimentos e instalações quanto a serviços que já deveriam ser existentes como transportes, lazer, segurança, saúde e educação. Buscamos no presente trabalho identificar e cartografar estas áreas que são precariamente incluídas na (re)produção do espaço, os aglomerados de exclusão.

A metodologia aplicada a este trabalho foi o uso dos temas relativos aos processos de (de)formações de territórios utilizando conceitos como aglomerados de exclusão para salientar que estes espaços dentro da cidade do Rio de Janeiro se materializam com o nome de favelas, e como estas estão localizadas em relações a serviços básicos fornecidos pelo Estado direta ou indiretamente, como segurança e transporte. Estes dados, relativos ao ano de 2009, foram obtidos através de um endereço eletrônico vinculado a própria prefeitura do Rio de Janeiro, mais especificamente ao Instituto Pereira Passos, uma autarquia vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento que é responsável, dentre outras coisas pela elaboração, planejamento e coordenação das diretrizes estratégicas para o desenvolvimento econômico, implantação de projetos estratégicos da Prefeitura, produção de informações estatísticas, geográficas e cartográficas da cidade.

Após a captura dos dados que estão disponibilizados gratuitamente, foram escolhidos os dados mais representativos do nosso ponto de vista com o objetivo de demonstrar como são distribuídas as áreas mais carentes de representação dentro da cidade do Rio em relação às linhas e estações de metrô e trem, delegacias, batalhões dos bombeiros e escolas públicas. Com a escolha dos dados, estes foram sobrepostos como sistemas de informações geográficas utilizando o software ArcGIS 9.3 para que assim fosse possível a elaboração de mapas temáticos que contenham de forma didática dados fundamentais para a nossa pesquisa. Usamos, como dados básicos a todos os mapas, os bairros da cidade, distribuídos pelas zonas da cidade (norte, sul, oeste e o centro) para que assim possamos ver as discrepâncias existentes na forma e distribuição dos recursos. Mostramos também os municípios vizinhos que formam o chamado "grande Rio", integrantes da área metropolitana da capital fluminense, responsáveis por grande quantidade de trabalhadores que realizam o chamado "movimento pendular" diário entre suas residências e o distante local de trabalho. Com a confecção dos mapas, foi possível a visualização e a interpretação desses dados para a posterior análise contida neste trabalho.

Caracterização do município do Rio de Janeiro

Ao se desenvolver, em qualquer território do planeta, o capitalismo se apropria dos meios de subsistência das populações e, através do controle dos meios de produção, transforma natureza e homem em mercadoria. Cria-se então, as condições necessárias para a acumulação primitiva de capital, para a produção e reprodução contínua, da sociedade capitalista. A segregação sócio-espacial é produto das contradições do modo de produção capitalista.

Este processo revela o modo pelo qual a produção da sociedade se realiza enquanto reprodução do espaço, apontando a segregação como princípio fundamental do uso do solo urbano, consolidado sob a forma de valor. Nesse sentido, a renda torna-se o instrumento fundamental de poder, através da constituição da propriedade privada e da lógica do mercado. Na divisão da sociedade em classes sociais, as formas urbanas refletem a distribuição da população no território, fragmentando os espaços e relações sociais, que podem ser percebidos sob a forma de "paisagens diferenciais".

Podemos distinguir as paisagens cariocas através da caracterização das quatro zonas existentes na cidade: A zona central marcada por um esvaziamento habitacional, ainda com cortiços residenciais. Fortemente comercial por abrigar sedes de empresas

nacionais e estrangeiras, privadas e publicas. Ela apresenta um desenvolvido setor de serviços. Ainda é possível encontrar nesta região importantes marcos arquitetônicos históricos, por ser local de primeira urbanização da cidade, como o caso do Teatro Municipal, os Arcos da Lapa, o bonde de Santa Teresa, o Palácio da Guanabara, prédios históricos que hoje abrigam órgãos do governo e museus. Esta região também engloba a Ilha de Paquetá, dentro da Baia da Guanabara.

A Zona Sul que tem como marca de ocupação e urbanização o inicio do século XX, o crescente interesse por esta região se deve principalmente a abertura de vias que buscavam as praias mais próximas do centro da cidade. Área fortemente residencial, com os imóveis mais valorizados da cidade, tem os setores de transporte e serviços bem desenvolvidos e apresenta alta qualidade de vida, tendo o índice de desenvolvimento humano próximos de países desenvolvidos. As paisagens pela qual o Rio é reconhecido mundialmente são desta zona, como as praias de Ipanema e Copacabana, e o Pão-de-açúcar. Tem o setor de turismo fortemente desenvolvido, pois é nela que encontram-se a maioria das principais atrações turísticas do Rio.

Separada da zona Sul pelo Maciço da Tijuca (localizado no Parque Nacional da Tijuca, a maior floresta urbana do mundo) onde também se situa o morro do Corcovado, com o famoso Cristo Redentor, encontra-se a Zona Norte. Esta zona se desenvolveu com as primeiras estradas de ferro a partir das primeiras décadas do século passado, e é caracterizada pelos primeiros subúrbios cariocas, local servido pelas ferrovias, onde a oferta de imóveis e terrenos são maiores e menos valorizadas que as da Zona Sul e Centro, e onde supostamente morariam as classes sociais menos abastadas. Nesta zona estão contidas as maiores ilhas da cidade: Ilha do Fundão e Ilha do Governador, ambas na Baia da Guanabara.

Zona Oeste. Região com a maior área que ultrapassa a soma de todas as outras. A ocupação desta localidade se deu ao longo do século XX e é caracterizada por grandes vazios demográficos e bairros de grandes proporções. Nesta zona, encontram-se os bairros da Barra de Tijuca e Jacarepaguá, localidades que abrigam os maiores capitais dos Jogos Pan-Americanos de 2007 e os futuros investimentos dos Jogos Olímpicos de 2016 e a Copa do Mundo de 2014. Os imóveis têm sofrido crescente valorização e o setor da engenharia cível é bastante forte nesta área, em contrapartida esta região possui a pior infra-estrutura da cidade em relação aos transportes, saneamento básico e habitação.

Falar sobre os problemas de moradia que os habitantes da cidade do Rio de Janeiro enfrentam é preciso ponderar sobre uma particularidade: como se deu a ocupação das encostas e áreas desvalorizadas por aqueles que sempre estiveram à

margem das ocupações residenciais tradicionais e em áreas, de fato, residenciais.

Com a Reforma Pereira Passos, no inicio do século XX, o Rio de Janeiro passa a ter sua forma e conteúdo modificados, obedecendo à lógica internacional do capital, apoiado no discurso da modernização e do progresso das cidades. Esta foi a primeira experiência, em larga escala, que a cidade prova de (re)direcionamento da população carente a áreas de menor interesse do capital.

A atuação dos governos com relação aos problemas de moradia urbana mostrou-se pautada na tentativa de deslocar de determinada paisagem tudo aquilo que não estivesse de acordo com o Brasil moderno. Por conta disso, a ocupação de morros e encostas chegou a ser incentivada, em alguns momentos – como em 1903, quando um decreto Estadual proíbe a construção de cortiços, mas libera a de "barracões" nos morros – para que a área central tivesse um aspecto "limpo". (www.favelatemmemoria.com.br).

A população antes concentrada no Centro migra para outras regiões através dos eixos de expansão urbana. A rede de transporte e a instalação das fábricas em áreas longínquas favoreceram o processo de urbanização e, consequentemente, da segregação sócio-espacial. Formam-se, assim, áreas periféricas, mas de importância econômica relevante.

Espalhadas por praticamente todo o município e região metropolitana, as moradias alternativas apresentam um crescimento significativo, um reflexo de históricos problemas socioeconômicos que se mantêm e se agravam cada vez mais.

Essa dinâmica de segregação sócio-espacial empurrou a população pobre para a periferia do município ou para áreas periféricas da região metropolitana. A inexistência de uma rede de transporte público eficiente e barata representa um grande entrave para as táticas de sobrevivência dos mais pobres, uma vez que as fontes de trabalho e renda se concentram em espaços centrais da cidade.

A favela surge como uma alternativa, ainda no século XIX, de moradia próxima à área central. Alguns dados indicam que, atualmente, pelo menos um em cada seis habitantes do Rio de Janeiro é morador de favela, segundo o Projeto Moradia é Central. Porém, a favela, já incentivada pelo governo, vem sofrendo agora tentativas de coerção – seja através dos muros de contenção, seja através de projetos de revitalização ou da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). É necessário, porém, ressaltar que segundo alguns movimentos, que estas ações podem elevar o custo da moradia nessas favelas, impedindo a permanência no local de parte da população mais carente e provocando uma nova dinâmica de segregação sócio-espacial.

Atualmente, a cidade do Rio de Janeiro vive um processo de dispersão

populacional, no qual a área central, como um lugar de importância comercial e cultural, vem perdendo uma quantidade significativa de moradores, em decorrência da ausência de políticas habitacionais para esta área. Observa-se que a distribuição da população na cidade segue um padrão definido pela escolha e ocupação da elite. Assim, as áreas da Zona Sul e Barra da Tijuca – próximas às praias – são destinadas à população de alta renda, enquanto a Zona Norte – área próxima ao Centro – é ocupada pela população de renda média e, aos de baixa renda, restou as áreas mais distantes, ao longo, principalmente, dos eixos ferroviários norte e oeste.

Aglomerados de exclusão

Antes de trabalharmos o conceito de aglomerados de exclusão, explicaremos o conceito de território e do processo de desterritorialização nos quais nos baseamos.

Trabalhar uma visão integradora do território, que une a dimensão física com a simbólica. A partir desta visão integradora, veremos o território como arena de ação do poder – poder, neste caso não somente ligado a noção do poder estatal. Marcelo Lopes de Souza (1995) define território como “área definida e delimitada no espaço por e a partir de relações de poder”. Sendo assim o conceito utilizado para o território no presente trabalho, trata como uma porção do espaço geográfico que possuem sistemas de fixos e fluxos, aspectos materiais e/ou simbólicos, que o identificam e o delimitam por e a partir de relações de poder espacializadas.

A Desterritorialização é vista como um processo dialético – acompanhado sempre pela sua contraparte, a reterritorialização – no qual pessoas, e as instituições sociais que os representam, são desprovidos de seus territórios por ação que independe da vontade própria. Este processo contínuo tem ocorrido de maneira cada vez mais rápida em nosso mundo em via de globalização, ao pensar sobre a pós-modernidade, David Harvey (1992) afirma que os avanços da tecnologia de informação é um dos principais fatores do aumento do processo [desterritorializador] da compressão do espaço pelo tempo, aproximando o local do global.

Desterritorialização, se é possível utilizar a concepção de forma coerente, nunca “total” ou desvinculada dos processos de (re)territorialização, deve ser aplicada a fenômenos de efetiva instabilidade territorial, principalmente entre os grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural. Virilio (1994) ao

referir-se sobre a realidade social européia diz que depois da oposição cidade-campo no século XIX e oposição centro-periferia no século XX, o que vemos agora é a oposição entre os que têm emprego e residências permanentes e aqueles que buscam sua subsistência diária.

A noção de aglomerados de exclusão tem o objetivo de demostrar que em certos recortes espaciais podem ocorrer uma difusão de territórios-zona e territórios-rede que independem das atividades de seus habitantes.

O termo aglomerado serve tanto para definir "conjuntos, agrupamentos" em geral, quanto para "amontoamento", um tipo de reunião onde os elementos estão "ajuntados confusamente". Aglomerado humano de exclusão se associa então ao "não regulado/ordenado", onde a imprevisibilidade é essencial e fica difícil conviver com a lógica da geografia das redes e territórios. Assim, podemos afirmar que o aglomerado, mais do que um espaço "a parte", excluído e amorfo, deve sua desordem principalmente ao fato que nele se cruzam uma multiplicidade de redes e territórios que não permitem definições ou identidades claras. Uma certa fluidez marcada pela instabilidade e a insegurança constantes, principalmente em termos de condições matérias para sobrevivência, pela violência frequente e pela mobilidade destruidora de identidades. Trata-se de espaços pelos quais os grupos sociais dispõem de menor controle e segurança, material e simbólica.

Percebendo a pobreza associada à disponibilidade de recursos, "recurso" deve ser visto na sua acepção mais ampla, o que inclui, no nosso entender, a própria dimensão espacial, ou seja, o território como recurso inerente à nossa reprodução social. Com isto partimos do pressuposto de que toda a pobreza e, com mais razão ainda, toda exclusão social, é também, em algum nível, exclusão socioespacial e, por extensão, exclusão territorial (desterritorialização). Logo se trata de exclusão territorial e não exclusão socioespacial, uma vez que apesar de ainda estarem ligados à sociedade e ao Estado e, por razões claras, também espacializados, não possuem o controle sobre seus territórios de maneira clara e efetiva.

De acordo com Haesbaert (2006), estes aglomerados são considerados conjunturais que, por se encontrar atravessado por múltiplas redes e territórios, recompõe constantemente seu espaço, reinserindo seus membros numa desordem dominada pela violência e pelo medo, geralmente de caráter ilegal ou clandestino, como ocorre algumas vezes nas favelas brasileiras subordinadas ao narcotráfico.

Reconhecendo a grande diversidade de manifestações daquilo que estamos denominando de aglomerados de exclusão, suas propriedades básicas, que evidenciam

os processos de exclusão socioespacial (inclusão precária) ou de (des)reterritorialização precária, são: a instabilidade e/ou a insegurança socioespacial; a fragilidade dos laços entre os grupos sociais e destes com seu espaço (tanto relações funcionais como simbólicas); e a mobilidade sem direção definida ou a imobilidade sem efetivo controle territorial.

O próprio modelo político-econômico neoliberal de países periféricos como o Brasil estimulou a proposital inclusão precária e instável, marginal em termos daquilo que é racionalmente, conveniente e necessário, a mais eficiente (e barata) reprodução do capital.

Talvez os aglomerados mais comuns sejam aqueles que resultam de uma malha de múltiplos territórios e redes que se sobrepõem, ou que simplesmente os transpassem, como no emaranhado de disputas territoriais em que ocasionalmente se inserem o narcotráfico, os bicheiros, a polícia, os grupos de funk e/ou as igrejas pentecostais nas favelas do Rio de Janeiro. A insegurança nestes casos é o que domina. No caso da chacina de Vigário Geral, no Rio, em agosto de 1993, por exemplo, palavras como "descontrole", "barbárie", "poder paralelo", "anarquia", e "degradação" (exageradas, é verdade), foram usadas indiscriminadamente pela imprensa para definir o massacre, numa nítida alusão à confusa malha de redes e territórios que envolvem muitas vezes as disputas dentro das favelas cariocas (Haesbaert, 2006).

Há momentos, entretanto, que a reterritorialização "marginal" (=à margem da territorialização legal ou dominante) se impõe de tal forma que o que era aglomerado passa a conformar nítidos territórios, segregados porém internamente coesos e "seguros" para quem partilha de suas regras e valores. A disputa entre grupos traficantes rivais em favelas do Rio de Janeiro, por exemplo, alterna períodos de insegurança e desterritorialização (a desordem que põe em jogo suas fronteiras de atuação), quando o espaço social adquire feições mais claras de aglomerado humano, e períodos de consolidação de uma territorialidade rígida e de uma ordem autoritariamente imposta.

A proliferação avassaladora de aglomerados miseráveis no mundo contemporâneo não é, entretanto, um privilegio do terceiro mundo excluído, com suas multidões de despossuídos e de "deslocados". Através das migrações maciças de trabalhadores do chamado "terceiro mundo" e do desemprego estrutural que afeta hoje toda a sociedade nos núcleos do sistema, também nos países desenvolvidos começam a proliferar os aglomerados humanos, bem menos visíveis e compactos espacialmente, é verdade, mas nem por isso pouco expressivos. Pela primeira vez na historia do Capitalismo, o aumento da produção está vinculado ao aumento do desemprego.

À situação de penúria e insegurança vivida nos acampamentos de refugiados deve-se acrescentar a dos "*lumpen*" [termo adotado por Marx] urbanos, também cada vez mais numerosos, tanto na "velha" Índia como na "nova" Rússia (recentemente foram recenseados 11.500 sem-teto só em São Petersburgo) e nos Estados Unido. Seria uma espécie de aglomerado flutuante, disperso, que mergulha nos dutos das redes legais (literalmente, no caso dos que habitam as redes de esgotos) e se aloja no limiar dos territórios altamente controlados em que foram transformados os bairros das elites. (Haesbaert, 1995)

Em muitos casos, como nas favelas de grandes cidades brasileiras, também pode ocorrer algo semelhante, com a população desenvolvendo laços com seu espaço vivido, mesmo em um território "funcionalmente" muito precário. Neste caso, como em geral há varias formas de reterritorialização no interior da favela, na maioria das vezes a condição de aglomerado de exclusão é transitória, revelando-se mais claramente nos momentos de grave crise, como ocorre durante os conflitos entre grupos traficantes e a polícia.

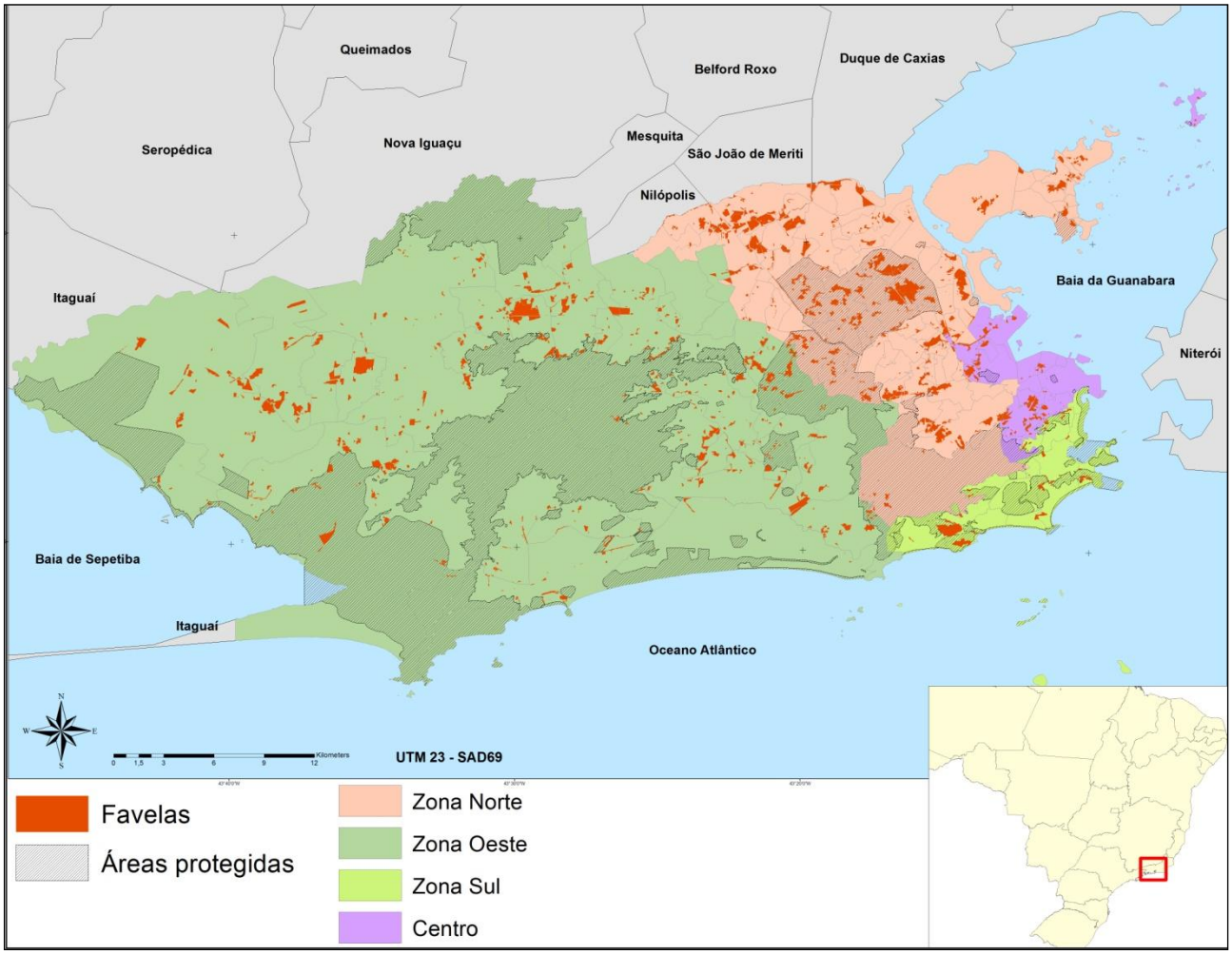
Os aglomerados no Rio de Janeiro

As favelas que tiveram sua origem no centro do Rio de Janeiro e se concentravam quase que exclusivamente, até a década de 40, nesta área e na zona sul do rio de janeiro, e se expandiram para outras regiões do município principalmente nas décadas de 80 e 90. As favelas continuam a se expandir na cidade do rio, seja por crescimento vertical, adensamento de áreas ou por crescimento horizontal. Segundo VIAL; CAVALLIERI(2009) as áreas ocupadas pelas favelas tiveram um crescimento geral de cerca de três milhões de metros quadrados, cerca de 7%, entre os anos de 1999 e 2004. Muitas destas favelas ocupam unidades de conservação, áreas que deveriam ser de preservação ambiental e outras se encontram nos limites destas unidades. É possível observar no mapa abaixo a distribuição das favelas no município do Rio de Janeiro.

Segundo este estudo, no entanto, a variação do crescimento das áreas não foi homogênea em relação as diferentes regiões da cidade. Se na zona central e na zona norte o crescimento não foi muito acentuado (3,5%), na zona sul, área prospera e de urbanização consolidada, se manteve estável com pequeno decréscimo, já na Zona Oeste e na Baixada de Jacarepaguá os níveis de expansão tiveram um elevado crescimento, cerca de 12% e 9% respectivamente. O crescimento da favela acompanhou o eixo de expansão da cidade, a direção sudoeste. A área de expansão da Baixada de Jacarepaguá que tem atraído grandes investimentos, tanto de capital privado quanto

público, que inclui a rica área da Barra da Tijuca. E a zona Oeste, principalmente os terrenos das Regiões Administrativas de Realengo, Bangu, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba.

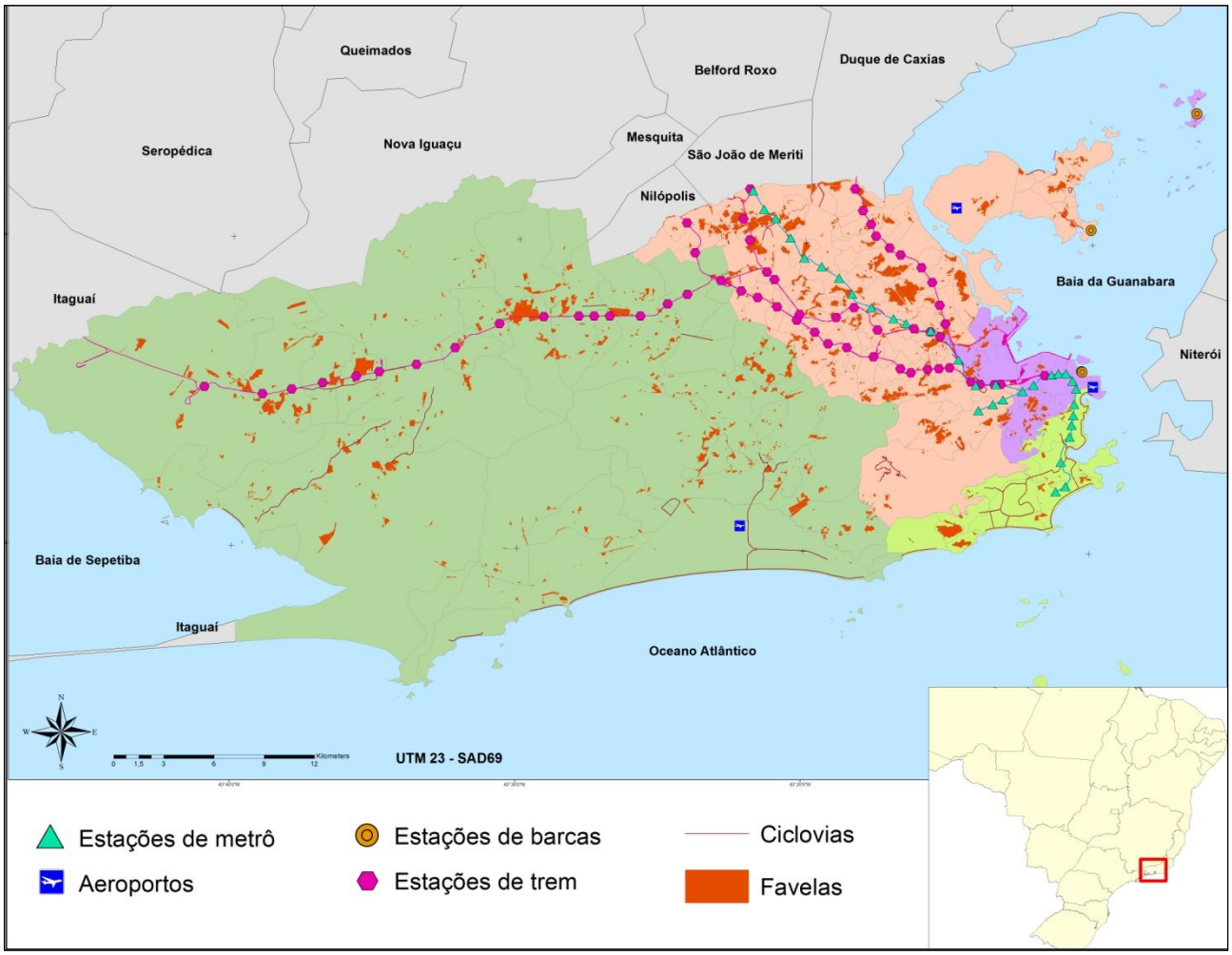
Figura 1: Distribuição das Favelas no Município do Rio de Janeiro.



O crescimento das áreas de ocupações das favelas em relação a baixada de Jacarepaguá se deve a tentativa de se localizar nas proximidades dos mercados de trabalho emergentes nessa região e na Zona Oeste se justifica pelos fartos, baratos (e distantes do Centro) terrenos disponíveis desta áreas. Embora estes terrenos estejam localizados longe do centro eles se encontram próximos as linhas de trens disponíveis na cidade, o que demonstra a forte característica da expansão da favela no eixo ferroviário do Rio.

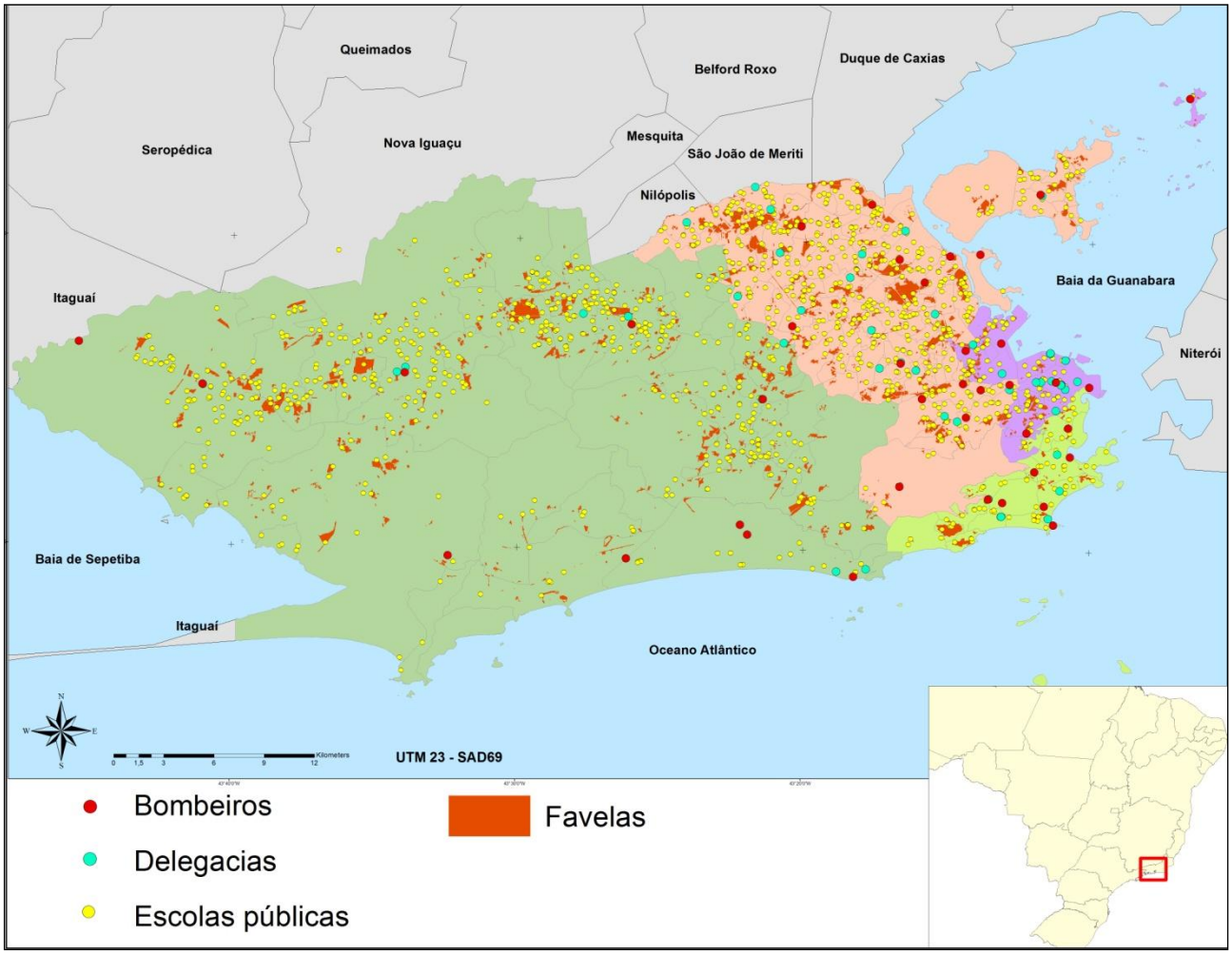
No mapa abaixo é possível analisar o posicionamento das favelas em relação ao sistema de transporte do rio, principalmente em relação aos eixos de transporte de massa, trens e metros.

Figura 2: Posicionamento das favelas em relação aos eixos de transporte



No figura três é possível visualizar a distribuição das favelas em relação aos serviços de policia, bombeiros e escolas públicas. Vemos, através deste mapa, que estes serviços encontram-se próximos de muitas das favelas cariocas, o que indica que no Rio de Janeiro estes aglomerados de exclusão não são, necessariamente, isolados de serviços.

Figura 3: Favelas em relação aos serviços batalhões de bombeiros, delegacias de polícia e escolas publicas.



Podemos visualizar que há um indicativo de interações existentes entre a espacialidade das favelas cariocas e alguns serviços prestados pelo Estado. É importante ressaltar, no entanto que esta aproximação de certos serviços públicos não significa necessariamente uma melhora na qualidade de vida dessas pessoas, uma vez que a presença do Estado nestas localidades, seja por meio de escolas publicas, seja por meio das delegacias, não resultam em um bom rendimento escolar, ou alto nível de escolaridade dos alunos destes locais, e menos ainda resultam em segurança, visto que estas áreas apresentam alto índice de assassinatos, assaltos, torturas e outros tipos de violência, elucidando o modo pelo qual se desenvolvem a relação entre população menos favorecida e o aparato de segurança estatal.

Considerações Finais

A cidade do Rio de Janeiro como qualquer outra grande cidade de países em desenvolvimento é marcada por profundos hiatos de desigualdades sociais construídas no tempo e no espaço. Podemos ver através dos dados apresentados que os aglomerados humanos de exclusão neste município, ao contrario do que se pode imaginar, não são necessariamente isolados espacialmente, seja quando relacionados à malha de transporte ou a serviços de policiamento e educação. A principal característica destes lugares e a impossibilidade de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, devido à efetiva instabilidade do mesmo, que não tem definições ou identidades claras. Essa desterritorialização e causada principalmente pelo descaso estatal que desenvolve poucas ações contra a violência freqüente destes aglomerados. Esta perda de controle se dá tanto no aspecto de configurações físicas quanto na esfera simbólica, quando seu direito de ir e vir estão condicionados a questões que envolvem terceiros, ou quando a representatividade local é vista de fora pra dentro.

É sempre importante ressaltar que estes territórios não são autárquicos, é há sempre o processo de (tentativa) de reconstrução de novos territórios por parte destes atores. A busca incessante por reconhecimento e direitos é marca da constante contradição existente no modelo capitalista de produção, e muitas vezes, os menos favorecidos, que são suprimidos pelos atores hegemônicos de forma brutal e perversa, buscam algo que represente seus espaços de dentro para fora.

Referencias bibliográficas

ABRAMO, P. ; FARIA, T. C. . Mobilidade Residencial Na Cidade do Rio de Janeiro: Considerações Sobre Os Setores Formal e Informal do Mercado Imobiliário. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, 1998. ANAIS. CAXAMBU. p. 421-456.

HAESBAERST, R. (1995). Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão.. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P.C. da C. e CORRÊA. R. L. (organizadores). *Geografia Conceitos e Temas***.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasilp. 49-76

HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização. Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 252 p.

HARVEY, D. A Condicção Pós-Moderna. São Paulo: Lyola, 1992.

OLIVEIRA, MÁRCIO PIÑON (Org.); FERNANDES, NELSON DA NOBREGA (Org.). 150 anos de subúrbio carioca. Rio de Janeiro: Lamparina; EDUFF, 2010. v. 1. 253 p.

SOUZA, M. J. L. de. (1995). O território; sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. CASTRO, I. E. de; GOMES, P.C. da C. e CORRÊA. R. L. (organizadores). *Geografia Conceitos e Temas***.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

VIAL, Adriana; CAVALLIERI, Fernando. O efeito da presença governamental sobre a expansão horizontal das favelas do Rio de Janeiro: os Pouso´s e o Programa Favela-Bairro. IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Coleção Estudos Cariocas, Nº 20090501 Maio - 2009

VIRILIO, P. “Era pós-industrial cria nômades à procura de trabalho” Folha de São Paulo. São Paulo, 21 de agosto.

Bibliografia auxiliar:

www.favelatemmemoria.com.br, acesso em 20 de janeiro de 2011

http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/, acesso em 28 de outubro de 2010